

DPE-MG

Cargo -

Analista da Defensoria Pública –
Jurídico



Editais verticalizados

Defensoria Pública do Estado
de Minas Gerais - MG

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos.

Tipologia textual.

Gêneros textuais: estrutura e função.

Princípios de textualidade: coesão e coerência textuais. Paragrafação. Argumentação.

Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular;

classe de palavras;

colocação pronominal;

emprego de tempos e modos verbais;

estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período: coordenação e subordinação;

regência nominal e verbal;

uso do sinal indicativo de crase;

concordância nominal e verbal.

Variação linguística, norma padrão e situações de comunicação.

Emprego dos sinais de pontuação e efeitos de sentido.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

PROGRAMA

Constituição da República Federativa do Brasil (Título III, Capítulo VII: arts. 37, 38, 39 e 41; Título IV, Capítulo IV: arts. 127 a 135).

Constituição do Estado de Minas Gerais (Título III, Capítulo I: arts. 13 a 29 e art. 36; Capítulo II: arts. 119 a 132).

Lei nº 14.184, de 31/01/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Lei nº 12.527, de 18/11/2011, que regula o acesso a informações.

Decreto nº 46.644, de 06/11/2014, que dispõe sobre o Código de Conduta do Agente Público e da Alta Administração Estadual.

Lei Estadual nº 22.790 de 27/12/2017, institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública.

Deliberação nº 110, de 11/11/2019, que dispõe sobre o detalhamento das atribuições dos órgãos de apoio administrativo, dos serviços auxiliares e dos órgãos auxiliares da Defensoria Pública do Estado, de que trata o art. 6º, IV e V, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003.

Lei nº 13.709, 14/08/2018, Lei Geral de Proteção de Dados.

Lei nº 869, de 05/07/1952, dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, Disposições Preliminares, Título I - Do Provimento, Capítulo I - Disposições Gerais;

Capítulo IV - Da Transferência; Capítulo V - Da Permuta; Capítulo VI - Da Reintegração; Capítulo VII - Da Readmissão; Capítulo VIII - Da Reversão;

Capítulo IX - Do Aproveitamento; Capítulo X - Dos Atos Complementares; Seção I - Da Posse; Seção II - Do Exercício, Título II - Da Remoção, Título III - Da Readaptação, Título V - Da Frequência e Horário; Título VI - Da Vacância; Título VII - Dos Direitos, Vantagens e Concessões; Título VIII - Dos Deveres e da Ação Disciplinar.

Ética no Serviço Público. Editor: Escola Nacional da Administração Pública - ENAP, Módulos I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, evolução, poderes. Administração como organização e como atividade do Estado. Funções do Estado e critérios de distinção da função administrativa.

A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado.

Evolução da Administração Pública.

Tendências e modificações recentes na Administração Pública e no direito administrativo brasileiro.

Atuação unilateral e consensual da Administração Pública.

Administração pública participativa.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Evolução histórica. Fontes.

Competências constitucionais para legislar sobre direito administrativo. R

elações com outros ramos do Direito.

3. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO: Relação jurídico-administrativa. Normas, regras e princípios. Princípios do Direito Administrativo. Princípios expressos e princípios implícitos no texto constitucional.

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Descentralização política e descentralização administrativa. Desconcentração administrativa. Administração direta e indireta.

Autarquias, fundações e empresas estatais: conceito, natureza e regime jurídico, características e controles.

Agências reguladoras. Consórcios públicos.

Evolução e tendências da organização administrativa.

5. ENTIDADES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Terceiro setor. Entidades paraestatais. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações sociais (OS). Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC).

6. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, estrutura, regime, atributos, classificações. Vinculação e discricionariedade. Perfeição, validade e eficácia. Extinção, convalidação, alteração, controle. Atos administrativos em espécie.

7. PROCESSO ADMINISTRATIVO: Conceito e espécies. Princípios. Direitos e deveres do administrado. Competência. Forma, tempo e lugar dos atos. Instrução e decisão. Recursos.

Semelhanças e distinções da regulação do processo na Lei Federal nº 9.784/1999 e na Lei Estadual nº 14.184/2002.

8. LICITAÇÃO: Regime jurídico conforme a Lei Federal nº 14.133/2021: âmbito de aplicação da nova lei; definições; princípios; agentes públicos; agente de contratação; processo licitatório e suas fases; contratação direta; alienações; instrumentos auxiliares das licitações; irregularidades; Portal Nacional de Contratações Públicas.

9. CONTRATOS E DEMAIS AJUSTES CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. Conceitos, características, princípios, modalidades, formalização, execução, alteração, inexecução, rescisão e controle.

Regime jurídico conforme a Lei Federal nº 14.133/2021: formalização; garantias; alocação de riscos; prerrogativas da administração; duração; execução; alteração; extinção; recebimento do objeto; pagamentos; nulidades; meios alternativos de resolução de controvérsias.

10. DOMÍNIO PÚBLICO: Bens públicos: classificação, regimes jurídicos, administração, aquisição e alienação. Uso dos bens públicos pela Administração Pública e pelos particulares.

11. AGENTES PÚBLICOS: Conceito e espécies. Cargo público, emprego público e função pública. Criação e extinção de cargos e empregos públicos. Servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas: regime constitucional. Empregados públicos das pessoas de direito privado da administração indireta: regime constitucional.

Ingresso no serviço público. Provimento de cargos públicos. Contratação por tempo determinado. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções. Remuneração e indenizações. Direitos e deveres. Estabilidade.

Direitos de sindicalização e de greve.

Regime próprio de previdência dos servidores públicos.

Responsabilidade dos servidores públicos: civil, administrativa e penal; responsabilidade por improbidade administrativa.

Processo administrativo disciplinar.

12. PODER DE POLÍCIA: Conceito. Fundamentos. Classificações. Meios de atuação. Limites. Exercício do poder de polícia por pessoas de direito privado.

13. SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Monopólios. Repressão ao abuso do poder econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público.

Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Autorização. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão.

Parcerias público-privadas.

14. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE: Função social da propriedade. Fundamentos e regime jurídico do poder estatal interventivo. Instrumentos de intervenção e seu regime jurídico. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

15. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO: Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

16. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito e espécies. Controles administrativo, parlamentar, jurisdicional e popular. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Responsabilidade na gestão fiscal. Acesso a informações. Tratamento e proteção de dados pessoais. Instrumentos processuais de controle jurisdicional: habeas corpus; mandado de segurança individual e coletivo; ação popular; habeas data; mandado de injunção; ação civil pública; ação de improbidade administrativa.

Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

Controle consensual: termo de ajustamento de conduta; acordos de leniência; mediação e conciliação; autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; termo de compromisso; termo de ajustamento de gestão junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

17. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Regime constitucional e legal. Procedimento administrativo e processo judicial de responsabilização por improbidade administrativa.

2. LEGISLAÇÃO

2.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

Decreto nº 20.910, de 06/01/932 – Regula a prescrição quinquenal.

Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Decreto-Lei nº 4.597, de 19/08/1942 – Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Decreto-Lei nº 9.760, de 05/09/1946 – Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967 – Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 1.075, de 22/01/1970 – Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.

Lei nº 4.132, de 10/09/1962 – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Lei nº 4.717, de 29/06/1965 – Regula a ação popular.

Lei nº 7.347, de 24/07/1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

Lei nº 7.783, de 28/06/1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

Lei nº 8.112, de 11/12/1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Lei nº 8.429, de 02/06/1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.

Lei nº 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 8.987, de 13/02/1995 – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 9.051, de 18/05/1995 – Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

Lei nº 9.265, de 12/02/1996 – Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

Lei nº 9.494, de 10/09/1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

Lei nº 9.507, de 12/11/1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

Lei nº 9.637, de 15/05/1998 – Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Lei nº 9.717, de 27/11/1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei nº 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Lei nº 9.790, de 23/03/1999 – Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Lei nº 9.801, de 14/06/1999 – Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.

Lei nº 9.986, de 18/07/2000 – Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

Lei nº 10.257, de 10/07/2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei nº 11.079, de 30/12/2004 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Lei nº 11.107, de 06/04/2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

Lei nº 12.016, de 07/08/2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Lei nº 12.527, de 18/11/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei nº 12.846, de 1º/08/2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Lei nº 13.019, de 31/07/2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Lei nº 13.140, de 26/06/2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Lei nº 13.300, de 23/06/2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

Lei nº 13.303, DE 30/06/2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei nº 13.460, de 26/06/2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.709, de 14/08/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei nº 13.726, de 08/10/2018 – Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Lei nº 13.848, de 25/06/2019 – Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Lei nº 13.934, de 11/12/2019 – Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais.

Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Lei Complementar nº 152, de 03/12/2015 – Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.

2.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Constituição do Estado de Minas Gerais

Lei nº 869, de 05/07/1952 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

Lei nº 10.254, de 20/07/1990 – Institui o regime jurídico único do servidor público civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei nº 14.184, de 31/01/2002 – Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Lei nº 22.790 de 27/12/2017 - Institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública.

Lei nº 23.750, de 23/12/2020 – Estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003

3. JURISPRUDÊNCIA

Súmulas dos tribunais superiores.

Teses de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF).

Teses de recursos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitucionalismo: 1.1. Conceito. 1.2. Evolução histórica. 1.3. O constitucionalismo no Brasil. 1.4. As constituições brasileiras.

2. Poder constituinte: 2.1. Conceito, natureza e titularidade. 2.2. Poder constituinte material e formal. 2.3. Poder constituinte originário e derivado. 2.4. Limitações ao poder constituinte derivado. 2.5. Poder constituinte decorrente: espécies, caracteres e limitações. 2.6. Reforma e revisão constitucional. 2.7. Mutação constitucional.

3. Constituição: 3.1. Conceito. 3.2. Classificação das Constituições. 3.3. Estrutura e elementos das constituições.

3.4. Funções das constituições. 3.5. Normas constitucionais: classificações, aplicabilidade e eficácia.

3.6. Constituição do Estado de Minas Gerais.

4. Hermenêutica constitucional: 4.1. Métodos de interpretação da Constituição. 4.2. Princípios e técnicas de interpretação constitucional. 4.3. Princípios e regras. 4.4. Ponderação de bens ou valores. 4.5. Limites da interpretação constitucional.

5. Princípios constitucionais e princípios fundamentais da Constituição de 1988.

6. Controle de constitucionalidade: 6.1. Conceito. 6.2. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. 6.3. Espécies de controle de constitucionalidade. 6.4. Ação direta de inconstitucionalidade. 6.5. Ação declaratória de constitucionalidade. 6.6. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 6.7. Alegação de descumprimento de preceito fundamental. 6.8. Reclamação. 6.9. Controle difuso e concentrado de constitucionalidade em âmbito estadual.

7. Direitos e Garantias Fundamentais: 7.1. Direitos e deveres individuais e coletivos.
 7.2. Direitos sociais.
 7.3. Nacionalidade.
 7.4. Direitos políticos. 7.5. Partidos políticos.
 7.6. Ações constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular, habeas data.
8. Organização do Estado: 8.1. Espécies ou tipos de formas de Estado. 8.2. Estado Federal: características. 8.3. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. 8.4. União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. 8.5. Repartição de competências. 8.6. Intervenção. 8.7. Administração Pública.
9. Organização dos Poderes: 9.1. Poder Legislativo: organização e atribuições; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Tribunais de Contas.
 9.2. Poder Executivo: organização e atribuições; responsabilidade do Presidente da República; Ministros de Estado; Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
 9.3. Poder Judiciário: organização e atribuições.
 9.4. Funções essenciais à Justiça.
 9.4. Organização dos Poderes na Constituição do Estado de Minas Gerais.
10. Município: 10.1. Autonomia político-administrativa; lei orgânica; competências.
 10.2. Poder Legislativo: organização, atribuições e responsabilidades.
 10.3. Poder Executivo: organização, atribuições e responsabilidades.
 10.4. Fiscalização: controles interno e externo.
11. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Estado de Defesa e Estado de Sítio; Forças Armadas.
 Segurança Pública.
12. Tributação e Orçamento: 12.1. Sistema tributário nacional.
 12.2. Finanças públicas.
13. Ordem econômica e financeira: Princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Política agrícola e fundiária.
14. Sistema financeiro nacional.
15. Ordem Social: Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social. Educação. Cultura e Desporto. Ciência, tecnologia e inovação. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. Índios.

16. Disposições constitucionais gerais e transitórias - ADCT.
17. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Funções da Defensoria Pública

1. A Defensoria Pública. Construção Histórica.
A Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais.
2. A Defensoria Pública na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal brasileiro.
3. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. Unidade. Indivisibilidade. Independência Funcional. Autonomias da Defensoria Pública. Funcional. Administrativa. Financeira.
4. A Defensoria Pública como Instituição Permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Relevância e essencialidade da Defensoria Pública no exercício da Cidadania e da Defesa do Estado Democrático de Direito.
A Defensoria Pública como Instituição Essencial à Conciliação.
A Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Federal nº 132/09.
5. Defensoria Pública e Gratuidade da Justiça: distinções.
Pressupostos para obtenção da Gratuidade da Justiça.
Presunção de hipossuficiência.
Assistência jurídica integral e gratuita e assistência judiciária gratuita.
6. O Defensor Público e a natureza da representação do assistido em juízo.
Natureza jurídica da afirmação de hipossuficiência.
Amplitude da Lei nº 1.060/50 e suas alterações.
A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.
A Lei nº 13.105/15.
7. A Estrutura Organizacional e o Regime Jurídico dos membros da Defensoria Pública na Constituição Federal.
A Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Federal nº 132/09.
A Lei Federal nº 8.112/90.
8. A Estrutura Organizacional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Regime Jurídico dos membros da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação institucional.

- A Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Federal nº 132/09.
- A Lei Complementar Estadual nº 65/2003 e suas alterações posteriores.
- A Lei Complementar Estadual nº 87/06.
- A Lei Complementar Estadual n. 141/2016.
8. Os membros da Defensoria Pública como agentes políticos de transformação social.
- Garantias e Prerrogativas do Defensor Público.
- Deveres, proibições e impedimentos.
- Independência Funcional do Defensor Público: conceito e modalidades.
- Independência Funcional e hierarquia no âmbito interno da Defensoria Pública.
- O poder de requisição do Defensor Público.
9. Princípios Institucionais.
- Princípios da isonomia, ampla defesa e do contraditório e o dever funcional do Defensor Público.
- O Defensor Público Natural.
10. Direito ao Acesso à Ordem Jurídica Justa.
- Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita.
- A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.
11. Negativa de Patrocínio.
- A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções.
- Natureza jurídica do vínculo existente entre Defensor Público e assistido.
- Honorários devidos à Defensoria Pública.
12. Distinção entre as chamadas funções 'típicas' e 'atípicas' da Defensoria Pública, curadoria especial, com seus poderes e limitações.
13. Prerrogativas processuais do Defensor Público.
- A intimação pessoal mediante entrega dos autos e o prazo em dobro.
- Do livre exercício das funções da Defensoria Pública.
14. Atuação do Defensor Público nos juizados da infância e da juventude, nos juizados especiais, nas varas cíveis, criminais e de família.
- A Defensoria como órgão da execução penal.
- Defensoria Pública e defesa judicial e extrajudicial de interesses individuais, coletivos ou difusos.
15. Legitimação para Ação Direta de Inconstitucionalidade de ato normativo estadual.

16. Atuação extrajudicial da Defensoria Pública.

Conciliação, mediação e educação em direitos. Atuação da Defensoria Pública nos serviços extrajudiciais (Cartório e Registros Públicos – Lei 6015/73).

17. Órgãos da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Órgãos de Atuação. Órgãos de Execução. Órgãos Auxiliares.

18. Da Defensoria Pública-Geral. Competência e atribuições do Defensor-Público Geral e do Subdefensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.

19. Do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Competências e Atribuições.

20. Da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Competências e Atribuições.

21. A carreira de Defensor Público do Estado de Minas Gerais: Nomeação e Posse. Exercício. Mobilidade Funcional. Promoção. Remoção.

22. Os Membros da Defensoria Pública como agentes públicos.

O Defensor Público como Instrumento de Transformação Social.

Garantias e Prerrogativas do Defensor Público.

Princípio da Isonomia, Ampla Defesa e do Contraditório e o Dever Funcional do Defensor Público.

O Princípio da Indivisibilidade e a autonomia funcional do Defensor Público.

O Defensor Público como Instrumento de Transação como Título Jurídico Extrajudicial. Atuação da Defensoria Pública na efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais: da ampla defesa e do contraditório.

23. O Defensor Público no Estado de Minas Gerais: Atribuições. Garantias e Prerrogativas.

24. Deveres. Impedimentos.

Proibições. Incompatibilidade. Suspeições.

Regime Disciplinar.

Penalidades e Procedimento Disciplinar.

25. Atribuições. O Defensor Público e a Curadoria Especial.

A atuação do Defensor Público nos conflitos coletivos.

A dinâmica dos Núcleos Especializados.

A atuação do Defensor Público no Processo Civil.

Atuação do Defensor Público no Processo Penal.

A atuação do Defensor Público nos Juizados Especiais e nos Juizados da Infância e Juventude.

A atuação do Defensor Público na Justiça Militar.

A atuação do Defensor Público do Estado no 2º Grau de Jurisdição e nos Tribunais Superiores.

O Defensor Público e o Processo Administrativo.

Atuação nos serviços notariais e de registro (art. 231 da CF/1988).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!